

“TUDO ISSO PRESO EMBAIXO DA TERRA”: USOS E REUSOS DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PELOS JOANENSES, NA ILHA DO MARAJÓ - PARÁ

Luzia Gomes Ferreira¹

Resumo

Nacionalmente um dos patrimônios mais conhecido e divulgado do Pará é o arqueológico, especificamente os artefatos provenientes da Ilha do Marajó relacionados à fase Marajoara – tal qual estabelecida por Megger & Evans. Esse reconhecimento em grande parte deve-se as pesquisas acadêmicas no âmbito da Arqueologia. No entanto, emerge no contexto amazônico a demanda pela gestão desse patrimônio e criação de museus por parte dos moradores que hoje habitam as localidades onde se encontram os sítios arqueológicos. A partir de um diálogo disciplinar entre Museologia, Arqueologia e Antropologia, nesta proposta de comunicação busco apresentar reflexões acerca dos usos e reusos do patrimônio arqueológico pelos joanenses. A Vila de Joanes localiza-se no litoral leste da Ilha do Marajó e apesar das suas bucólicas praias e igarapés, um dos elementos que se impõe visualmente na paisagem joanense são as ruínas de uma antiga igreja construída de pedra, datada de meados do século XVII, assim como, os vestígios arqueológicos que afloram do solo, especialmente, após as fortes chuvas.

Palavras-chave: Joanes. Marajó. Patrimônio Arqueológico. Usos. Reusos.

Introdução

Este artigo apresenta parte da pesquisa realizada para a elaboração da dissertação de mestrado intitulada “O lugar de ver relíquias e contar história: o museu presente/ausente na Vila de Joanes, Ilha do Marajó – Pará” de minha autoria (Luzia Gomes Ferreira), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Marcia Bezerra de Almeida e co-orientação do Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silveira. A referida pesquisa desenvolveu-se no âmbito da Antropologia Social, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e foi defendida em 05 de outubro de 2012.

¹ Museóloga; Antropóloga; Professora Assistente I da Faculdade de Artes Visuais do Instituto de Ciências da Arte (ICA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde leciona para os cursos de Museologia e Artes Visuais. E-mail: lu.ayeomi@gmail.com

Embora, o principal objetivo desta pesquisa fosse compreender a concepção dos joanenses, sobre museu, identifiquei que não era possível invisibilizar o patrimônio arqueológico. É perceptível que a Ilha do Marajó no cenário das pesquisas arqueológicas no Brasil, possui um lugar de destaque. Desde as primeiras escavações realizadas por Emilio Goeldi e K. Rath, entre 1880 e 1900, marcos iniciais das pesquisas arqueológicas na Amazônia, a Ilha do Marajó e, sobretudo, a cerâmica lá encontrada originou debates relevantes acerca da antiguidade e complexidade da ocupação humana na região. Se nos primeiros anos, estes artefatos alimentaram teorias hoje consideradas extravagantes como as do egiptólogo e americanista Paul Lépine que via nos grafismos das cerâmicas recém-descobertas na ilha, indícios da passagem de egípcios, indianos, chineses e mexicanos por aquelas terras, a partir de meados da década de 1950, essenciais para a elaboração da cronologia proposta por Megger e Evans, definida por Prous como “[...] um quadro geral e completo da pré-história do Marajó para um período de mais de dois milênios” (PROUS, 1992, p. 505).

As teorias e métodos de Evans e Megger são hoje muito criticados. Sobretudo suas teses acerca das limitações impostas pelo meio ambiente a adaptação e evolução humana na Amazônia. Contudo não se deve esquecer pelo menos dois de seus méritos: **a)** inaugurar a Arqueologia científica na Amazônia, **b)** estabelecer datações que mostram que a introdução da cerâmica na região é mais antiga do que até então se supunha e **c)** apresentar a estreita relação entre Arqueologia e Antropologia. A partir da década de 1980, as pesquisas desenvolvidas por Anna Roosevelt mostraram como o meio ambiente não seria um fator limitador. Utilizando-se da cerâmica da fase marajoara, de resíduos biológicos e indícios de prováveis locais de trabalho e alimentação encontrados nos sítios, Roosevelt sustenta que uma “civilização altamente desenvolvida” – uma das mais complexas da pré-história recente das Américas - teria se estabelecido na Ilha do Marajó e perdurado por quase 1000 anos. Não foi meu objetivo discutir questões acerca da pré-história na Amazônia, interessou-me, sobretudo, destacar a importância do Marajó, dos artefatos cerâmicos lá encontrados, para estas pesquisas. Se a Ilha do Marajó é importante nas pesquisas sobre a pré-história da Amazônia, isto também se

estende para o período colonial e nesse sentido, o sítio arqueológico da Vila de Joanes tem um papel fundamental.

Considero que esta pesquisa poderá contribuir para uma reflexão mais ampla acerca da gestão do patrimônio arqueológico no contexto amazônico. Os joanenses ao demandarem a criação de um museu na Vila, buscam tomar para si a gestão dos vestígios arqueológicos encontrados durante as escavações de 1986, 2006 e 2008. A partir deste trabalho entendo que em contextos como o da Vila de Joanes, não parece viável adotar apenas ações de coleta e arquivamento dos vestígios nas reservas técnicas dos museus dos centros urbanos, visto apenas pelo que contribui para os estudos acerca do passado mais recuado da região. É preciso cada vez mais se pensar em mecanismos de se exercitar uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico *in situ*, estabelecendo relações simétricas entre moradores atuais, técnicos dos órgãos gestores do patrimônio e pesquisadores, buscando assim, construir ações conjuntas de preservação e musealização descolonizantes.

Conhecendo a Vila de Joanes

A Vila de Joanes originou-se de um dos aldeamentos fundados na Ilha do Marajó na segunda metade do século XVII. Elevada à Vila no XVIII, por um tempo, passou a se chamar Monforte e, posteriormente, voltou a seu antigo nome, desde 1961, tornou-se um dos distritos do município marajoara de Salvaterra – Pará. Ainda nos tempos de aldeia, foi implantado o pesqueiro real, responsável pelo abastecimento da cidade de Belém por praticamente todo período colonial. Segundo Lopes, para a aldeia de Joanes eram encaminhados os indígenas que “desciam” do interior para o litoral da Ilha, a fim de serem, “[...] primeiro, catequizados e depois repartidos como mão-de-obra das missões, ou em Belém, trabalhando para particulares ou nas obras públicas do Governo local” (LOPES, 1999, p. 39). O mesmo autor informa que apesar de proibida a presença e moradia de “brancos” nas aldeias indígenas durante o período das Missões Religiosas, “[...] um posto militar foi montado na aldeia e alguns indígenas foram incorporados como soldados [...]” (LOPES, 1999, p. 80). Assim, por quase dois séculos, a aldeia de Joanes e, posteriormente, Vila

de Monforte se constituiu em um importante entreposto comercial e militar da Ilha Grande de Joanes – antigo nome da Ilha do Marajó - sendo “[...] de extrema importância para o entendimento das relações entre portugueses, missionários e os diversos grupos indígenas que habitaram a Ilha do Marajó.” (SCHAAN, 2009, p. 130).

Se no passado a pesca se constituiu na principal atividade econômica do local, isto também vale para o presente. Joanes se configura como uma Vila de pescadores. A moradora M.L. disse-nos que: “Quando falta peixe, falta tudo” (M.L, 2012). A pesca é um trabalho majoritariamente masculino, porém, na Vila, há uma mulher que pesca em alto mar, a senhora I. V., mas, ela relatou que só vai para alto mar na companhia do marido que também é pescador. A senhora I.V. falou que a pesca é algo mais fácil para os homens, por conta da força, especialmente no manejo da rede. Os pescadores falam com muita preocupação sobre a diminuição do pescado naqueles arredores, fazendo-os ter que se distanciar cada vez mais para pescar. Os peixes mais valorizados por eles são a pescada amarela e o filhote. Todas as pessoas com as quais dialogamos tem algum parente pescador. Um assunto recorrente na fala desses pescadores é a dor causada geralmente pelo reumatismo, doença que muitos deles relataram que já tiveram ou tem. A agricultura, atualmente, perde importância em Joanes, não havendo, praticamente, mais produção de farinha na Vila. Há continuidade da atividade extrativista de coleta de bacuri.

Atualmente, a população da Vila de Joanes é de aproximadamente 1.800 pessoas. Em Joanes há uma pequena, porém, importante atividade comercial, representada por pequenos comércios de produtos alimentícios, materiais de limpeza e higiene pessoal. Esses pequenos estabelecimentos são conhecidos na Vila como tabernas e quase todos pertencem aos moradores que não nasceram em Joanes, os chamados forasteiros . Os forasteiros são pessoas que moram na Vila, mas, não nasceram lá. Geralmente são oriundas de outros municípios do Pará; estados brasileiros e países. O número de estrangeiros morando na Vila é pequeno. Há também os veranistas que possuem casas em Joanes. Estes, só estão lá em época de temporada como o verão, ou quando há os feriados prolongados. Na Vila não há farmácia, módulo policial, salão de beleza, agência bancária e nem caixa eletrônico. Com exceção da agência do

Banco do Brasil, há agências bancárias em Salvaterra. Tem agência do Banco do Brasil em Soure, mas, alguns serviços deste banco são oferecidos na agência do correio. Na Vila, há uma Unidade de Saúde da Família que leva o nome “Manoel Frazão” trabalham nesta unidade as agentes comunitárias de saúde, conhecidas como ACS, técnicos em enfermagem, uma dentista e um clínico geral. Os médicos não atendem todos os dias e sim duas vezes por semana. Para realização de exames, assim como, para se consultarem com outros especialistas, os joanenses tem que se deslocar até Belém.

Estando em Belém, se deslocar para Joanes é relativamente fácil, se temos como parâmetros as grandes distâncias dentro do estado do Pará. Por exemplo, para quem está na capital, como é o nosso caso, chegar até a Vila leva mais ou menos 03h00min de viagem de navio. Mas, a depender do tipo da embarcação e da maré a viagem pode durar um pouco menos. Em Belém o barco sai do porto da Doca que fica na região central da capital paraense. Também, é possível ir de balsa, mas, a mesma sai do trapiche de Icoaraci e leva mais ou menos o mesmo tempo de viagem. Os valores das passagens variam de acordo com o tipo de classe. Navio e balsa aportam no porto de Camará e de lá é possível pegar a van que leva aproximadamente uns 15 minutos do referido porto até a Vila. Internamente a locomoção é feita por vans e micro-ônibus. Esse transporte alternativo faz a locomoção entre Joanes e Salvaterra, e o seu horário de funcionamento é pela manhã.

Não obstante, nas últimas décadas, verifica-se um forte crescimento do turismo, devido as suas praias e igarapés. Nesse sentido, Joanes vem se firmando como um dos roteiros turísticos do estado do Pará, muito procurada por brasileiros e estrangeiros. Levando isto em consideração, Bezerra observa como “[...] no mês de julho, em função do verão amazônico, a sua população chegar a triplicar em tamanho [...]” (2011, p. 59). Ao atrativo natural, soma-se o arqueológico e histórico: vestígios de antigas construções coloniais, com destaque para as ruínas de “[...] uma antiga igreja construída com pedras, tijoleira e barro misturado com conchas” (LOPES, 1999, p. 89), associada à missão religiosa estabelecida no século XVIII - não se sabe ao certo se erguida pelos jesuítas ou por membros da ordem de Santo Antonio que assumiram o controle da aldeia um pouco depois de sua fundação.

O tempo materializado nos fragmentos do pretérito

Vários tempos se entrecruzam na Vila de Joanes. Tempos estes materializados pelos fragmentos do passado que configuram a paisagem local. Desde meu primeiro contato com a Vila, me chamou à atenção à relação dos joanenses com os vestígios arqueológicos. Pois, além deles atribuírem a estes novos significados e funções, também se mostram interessados em questões relacionadas à gestão desse patrimônio que pode ser viabilizado pela criação de um museu. Pude observar que os joanenses estabelecem uma relação de pertencimento com essas coisas do passado. Segundo Silveira & Bezerra:

O repertório material do sítio inclui: as ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário – retratada pela expedição de Alexandre Ferreira Rodrigues em 1783 -, construída em cima de antigo aldeamento indígena, além de expressivo volume de material arqueológico histórico e pré-colonial: cerâmica, louças, vidros, ferro, material construtivo e ossos (SILVEIRA; BEZERRA, 2010, p.01).

Houve três escavações no sítio PA-JO-46, a primeira ocorreu em 1986, a segunda em 2006 e a terceira em 2008. Os joanenses fazem relatos sobre as escavações, não necessariamente nessa ordem cronológica, é perceptível quem suas narrativas esses tempos se entrecruzam, misturando-se. Alguns moradores trabalharam na escavação e falam dos materiais coletados; outros participaram da comissão que foi organizada em 2006, na qual eles foram membros e acompanhavam o trabalho da escavação, assim como, juntamente com a equipe de Arqueologia conferiam o material encontrado; alguns falam que acompanharam as escavações apenas por curiosidade, para saber o que “tinha debaixo da terra”. Todavia, a maioria deles relatam de forma ressentida o fato de parte dos vestígios arqueológicos não terem ficado na Vila e terem sido levados para o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Compreender os contextos das escavações arqueológicas se tornou um ponto crucial para o meu trabalho, pois, aos poucos fui percebendo que a demanda pela criação de um museu na Vila de Joanes, está intimamente atrelada aos vestígios arqueológicos oriundos dessas escavações.

Em 1986 ao se realizar uma construção nos fundos do terreno da Escola de Ensino Fundamental de Joanes, foram encontrados “[...] fragmentos de cerâmica indígena, cerâmica cabocla, faiança do século XVII ou XVIII, ossos e vasilhas semi-inteiras [...]” (LOPES, 1999, p. 43). Esses vestígios foram encaminhados pela Prefeitura de Salvaterra ao Setor de Arqueologia do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) onde, após análises quantitativas feitas em laboratório, foi criada uma equipe, sob a coordenação de Antônio Nery da Costa Neto, que realizou o salvamento do sítio. Os vestígios arqueológicos encontrados na obra foram doados ao MPEG pelo prefeito da época, o senhor Raimundo Pinheiro Gurgel (LOPES, 1999). De acordo com Lopes: “Notamos, através do levantamento bibliográfico, que a intervenção no sítio PA-JO-46: Joanes foi também o primeiro trabalho de pesquisa feita em um sítio histórico na Amazônia, no qual o MPEG fora envolvido [...]” (LOPES, 1999, p. 49).

Lopes (1999), levando em consideração o fato das pesquisas arqueológicas desenvolvidas no MPEG estarem mais voltadas para o estudo de sítios relacionados à história pré-colonial recente da Amazônia, observa como no relatório do MPEG não foi dada suficiente atenção aos vestígios encontrados relacionados aos períodos históricos, orientando-se a pesquisa “[...] a partir de uma análise teórica e metodológica que estava voltada para o estudo de sítios pré-históricos [...]” (LOPES, 1999, p. 49). O referido autor ainda faz o seguinte relato:

Sendo assim, eles buscaram aplicar a abordagem utilizada pela arqueologia pré-histórica, no estudo de arqueologia histórica, seguindo as formulações do PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (1970) e posteriormente Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica na Bacia Amazônica (1976), sem se darem conta de que já existiam teorias e metodologias específicas para o estudo em sítios históricos tanto na Europa e como nos Estados Unidos da América. (...) Os pesquisadores perceberam que os dados obtidos no salvamento eram de natureza diferente, pois eles possuíam tanto objetos da cultura material pertencentes às sociedades existentes em Joanes antes do contato como a cerâmica indígena, como os objetos da sociedade que se implantou depois da chegada do português, refletida nas construções arquitetônicas e nos artefatos da cultura material vindos da Europa (LOPES, 1999, p.49).

Em 2006, vinte anos depois, houve outra intervenção no sítio PA-JO-46. Desta vez coordenada pela Prof.^a Dr.^a Denise Schaan da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Dr. Fernando Marques, do MPEG. De acordo com Schaan (2009) foi organizada uma equipe multidisciplinar de pesquisadores (arqueólogos, arquitetos, historiadores, educadores e estudantes de ciências sociais) com o objetivo de realizar uma ação emergencial no sítio. O trabalho foi pautado pela realização de reuniões periódicas com os moradores, havendo uma gestão compartilhada do projeto. Para Schaan, havia um entendimento da superintendência regional do IPHAN e dos arqueólogos envolvidos de que “[...] a ação somente seria bem sucedida caso fosse de interesse da vila a recuperação física do sítio, seu estudo e preservação, pois os próprios moradores é que teriam que zelar pelo patrimônio.” (SCHAAN, 2009, p. 130).

Segundo Schaan (2009), durante as reuniões, questões relacionadas à guarda do material arqueológico escavado ganharam relevância, os moradores exigiram que este permanecesse na Vila:

A limpeza, triagem, classificação e análise do material arqueológico foi realizada na escola local e no salão paroquial, o que possibilitou a participação de membros da comunidade e a facilidade de acesso de estudantes e moradores, a qualquer momento, ao local de trabalho. (SCHAAN, 2009, p. 130).

Dois anos depois, em 2008, foi desenvolvido na Vila o Projeto Pesquisa Arqueológica e Educação Patrimonial na Vila de Joanes sob a coordenação do Dr. Fernando Marques/MPEG e da Prof.^a Dr.^a Marcia Bezerra/UFPA, o objetivo deste projeto foi continuar com as ações da intervenção anterior, bem como, desenvolver atividades educativas visando à redução dos índices de destruição do sítio. (MARQUES; BEZERRA, 2008). Um dos resultados desse projeto foi à montagem de uma exposição na escola de Ensino Fundamental de Joanes. A referida exposição foi realizada na Escola de Ensino Fundamental de Joanes no período de abril de 2009 a abril de 2010. Ao ser inaugurada, esta exposição ocupou uma das salas de aula da referida escola.

Em alguns relatos os moradores disseram-me que nunca tinham visitado uma exposição e quase todos a acharam positiva, especialmente por que tinham “o que mostrar” aos turistas que visitavam a Vila. Muitos deles me

11 a 13 de setembro de 2013 | Salvador **Bahia** Brasil

questionaram se os objetos da exposição continuavam em Joanes. Ao dizer para eles que partes dos vestígios arqueológicos estão na escola, me questionavam porque os mesmos não estavam expostos, pois, para eles a criação do museu ou memorial, ainda vai demorar.

Busquei ouvir dos joanenses as suas narrativas sobre essas escavações, quis entender de que forma eles se relacionaram com esses eventos. Nesse processo procurei falar com os moradores que trabalharam diretamente na escavação; que fizeram parte da comissão de acompanhamento; os que moram no entorno do sítio e os que apenas foram ver as escavações por “curiosidade”. Deduzo que as narrativas a serem apresentadas abaixo se referem em grande parte as escavações de 2006 e 2008. Seguem relatos de joanenses acerca desses eventos:

L: Quando encontraram as peças, você já estava aqui na escola?

E.B.: Já, eu já estava aqui, só que não acompanhei, eu não acompanhei, mas teve umas pessoas daqui, umas colegas que estavam acompanhando, alguns alunos também e na primeira, logo nas primeiras escavações, agora já na segunda eu já fui lá, já vi, então é uma coisa fantástica, pra mim é uma coisa fantástica pra mim.

L: Me conta como é que foi, o que você gostou?

E.B.: Aí eu fui lá com os alunos, nós chegamos lá tava todo mundo cavando e medindo né? Com maior cuidado, fazendo a triagem, a limpeza, a lavagem, aquela coisa, aquele processo que tem, por quê? Porque é um cuidado com aquelas peças, já estão muito tempo né? Na, na, na terra, então pra se fazer uma escavação tem que ter o maior cuidado né? E eu acho muito bonito isso, muito bonito mesmo, pra mim é uma coisa fantástica essa coisa de escavação e arqueologia. (E.B.S., 2011).

L: ô dona M. a senhora tava aqui quando as pessoas escavaram aí na praça?

M..J.S: Estava.

L: Tava? A senhora lembra como foi?

M.J.S: A escavação aí, não, não me lembro, quer dizer, pra fazer o que aí na praça, quando eles escavaram que tiraram um monte de objetos dali, tiraram as coisas dali. **M.J.S:** Ah do pé do... Estava, estava sim, ih, era assim com o pessoal dos, técnicos de lá do IPHAN. Aí, eles trouxeram assim... uns aparelhos, né, pra cavar, aí eu não vi nada, o que é que vi, menina, inclusive, eu tenho até um livrinho aí, a moça do IPHAN que ela se dá muito comigo, ela trouxe pra mim uma cartilha assim, um livrinho assim, aonde fala alguma coisa, né, sobre essa escavação e o que encontraram lá, que foi um pedaço de, uma corrente, sabe, com um crucifixo assim, muito bonito aquilo, aquele crucifixo e eu acho que ele tá bonzinho, a terra, a idade, o tempo que ele teve lá enterrado, não mexeu com ele em nada, eu vou procurar, pra... qualquer hora a gente se fala de novo, né, aí eu vou lhe dá pra vocês olharem.

L: Hum, hum.

M.J.S.: O livrinho, pra vocês como era antigamente essa ponta aí, muito importante essa ponta, aí essa história que vocês estudam aí.

M.J.S: Aí eles encontraram, e outras e outras e outras coisas, peça de pedaço, assim coisa de barro, eu dizia: "Isso, isso..." que quando eu era nova, a minha mãe, ela trabalhava com argila.

L: Hum, hum.

M.J.S: Aí ela fazia muita coisa, muita coisa com argila sabe, ela fazia pote, ela fazia alguidar, mas fazia assim grande, que a gente amassava açáí, a bacaba, porque não tinha máquina, né.

L: Hum, hum.

M.J.S.: Elas faziam com panela, tudo, tudo, uma vasilha colocava no fogo pra torrar café, que naquele tempo antigo era o café torrado em casa, aí a gente torrava naquelas vasilhas e a minha mãe trabalhou muito, e eu disse pra um: Olhe, pra vocês restaurarem isso, essas coisas de, de barro, isso vai custar muito, porque não tá completo, vocês acham um pedaço de uma, depois vem acha o pedaço da outra quebrado de um jeito, outro quebrado de outro, né, se fosse só de uma, tudo bem, mas não, esses pedaços não tinha só de uma, tinha de várias. (M.J.S., 2012)

L: Como foi trabalhar na escavação? Como tu foi parar lá na escavação?
R.B.: Por que eles tavam sem trabalhador lá pra eles. Tinham poucas pessoas trabalhando.
R.B.: Eles levaram todo material.
L: Você achou interessante achar aquelas coisas?
R.B.: Achei interessante. A gente filho daqui não sabia que tinha tudo isso preso embaixo da terra
L: Você não sabia?
R.B.: Não sabia, quer dizer já tinha ouvido uns comentários, mas não tinha visto ainda.
L: Comentários de quê?
R.B.: De que tinha peças aí embaixo da terra, a gente nunca teve contato com isso. Quando a gente fez a escavação, aí que a gente percebeu que era real mesmo, existia. (R.B.N., 2012).

M: Nós queríamos saber sobre a escavação que teve aqui e se a senhora estava aqui?
E.C.S.: Eu estava. Lá próximo as ruínas.
L: Mas você chegou a acompanhar o processo?
E.C.S.: Eu fui lá duas vezes. Fui lá pra olhar como é que eles faziam né, como iniciava e tudo. Aí depois de um tempo eu voltei pra vê o que eles tavam retirando. Aí eles conseguiram retirar as coisas e tudo, aí colocavam lá, depois e vinha à limpeza e tudo. Fui também na sede que foi na época que eles estavam catalogando tudinho, muito trabalhoso pra equipe lá. (E.C.S., 2012)

L: A senhora viu as escavações aí na praça?
M.J.: Vi sim, tinha um monte de pedaços de cerâmica e peças de canhão.
L: Foi mesmo?
M.J.: Foi... (risos). A história de Joanes é conturbada, uns falam uma coisa, outros falam outra. (M.J., 2012).

L: D. I. a senhora sempre morou aqui?
I.B.: Sim, Joanes aumentou muito, quase não tinha casa aqui perto da praça.
L: Então, a senhora viu as escavações aqui na praça?
I.B.: Vi, meu filho R. trabalhou na escavação. Eles tiraram um monte de coisa de debaixo da terra, mas, ninguém sabe pra onde levou. (I.B., 2012).

L: M. você acompanhou as escavações lá na praça?
M.S.: Acompanhei sim! Tiraram bastante coisas antiga, pedaços de jarro. Mulher teve uma revolução lá.
L: Foi? Por quê?
M.S.: Parte da comunidade entendeu o que o pessoal do IPHAN veio fazer aqui e parte não entendeu, aí deu a maior confusão. (M.D.S., 2011)

Posso inferir que os contextos das escavações arqueológicas, além de suscitarem nos joanenses com os quais dialoguei uma necessidade de conhecer e compreender o passado do lugar onde vivem, aguçou ainda mais o interesse social pelos objetos encontrados. Em Joanes circulam muitas

histórias acerca de objetos valiosos deixados especialmente pelos indígenas. Uma das mais recorrentes é a das moedas. Segundo os moradores que narraram para mim essa história, os indígenas que habitavam aquela região ao fugir, jogaram as referidas moedas nos poços redondo e quadrado. Esses poços ainda existem e se localizam nas proximidades do sítio PA-JO-46. Silveira e Bezerra (2010) em seu artigo intitulado *Paisagens Fantásticas na Amazônia: Entre as ruínas, as coisas e as memórias na Vila de Joanes, Ilha do Marajó*, apresentam várias narrativas dos joanenses acerca de histórias fantásticas envolvendo os vestígios arqueológicos existentes na Vila.

Em abril de 2012 presenciei um episódio que considerei muito significativo para mim como museóloga/antropóloga. Sei que para muitos pode ser “romantismo” da minha parte, para outro pode parecer negligência, contudo, acredito que é possível pensar a preservação do patrimônio de forma simétrica, onde os moradores locais possam protagonizar ações de preservação das coisas que eles consideram patrimônio. Já deixei explícito que da forma como as políticas públicas de salvaguarda do patrimônio geralmente são impostas, contribui para que na maioria das vezes os moradores locais não se sintam no direito de preservar o que não é significativo e nem representativo para eles. Alguns moradores ligados à direção a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, mesmo “sem a autorização” do (IPHAN) resolveram cercar as ruínas para protegê-las das danificações que estão sendo causadas pelos turistas. Os moradores se reuniram e realizaram um mutirão para limpar a área das ruínas, pois a vegetação estava muito alta impedindo as pessoas transitarem pelo sítio, após a limpeza cercaram o sítio com mastros enfeitados nas cores verde e vermelho. De acordo com os seus relatos, essa ação foi realizada, para impedir que carros trafeguem sobre o sítio e principalmente para que os turistas não subam e nem arranquem pedaços das paredes da antiga igreja.

As pessoas que estavam cercando as ruínas disseram-me que após o advento da novela das seis, “Amor eterno amor” da rede globo, na qual parte dessa ficção se passa na Ilha do Marajó e na apresentação da novela aparecem imagens das ruínas, aumentou o número de visitação no sítio por turistas. No entanto, além de visitá-lo, eles escalam as ruínas, especialmente, a parte da torre da igreja para tirar fotografias. Segundo os moradores alguns

11 a 13 de setembro de 2013 | Salvador Bahia Brasil

desses turistas começaram a arrancar pequenos pedaços das paredes para levar como “lembrança”. É importante ressaltar que antes da novela, os turistas já danificavam as ruínas. Segundo Bezerra, “[...] um dos grupos responsáveis pela destruição do patrimônio é o dos turistas. (...) Frequentemente se observa grupos de turistas ‘escalando’ a torre da igreja para tirar fotografias ou estacionando carros sobre o sítio” (BEZERRA, 2011, p. 64). Após o cercamento das ruínas conversei com duas representantes da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e elas me falaram o seguinte:

L: Vocês cercaram as ruínas?

M.S.: Sim, cercamos.

L: Por quê?

M.S.: As ruínas deve ser melhor preservada. Se aquilo ali desaba, a gente perde tudo. Temos que proteger as ruínas dos turistas. (M.S., 2012).

L: Porque vocês cercaram as ruínas?

C.C.: Por causa dos turistas e dos carros que ficam passando por dentro das ruínas. As pessoas de fora não gosta quando a gente reclama, aí dá confusão, aí é melhor cercar. Teve gente daqui da comunidade que gostou e outras não.

L: Sêrio? Mas, por quê?

C.C.: Mulher tu sabe como é povo, tem gente que não faz nada e fala de quem faz. (C.C., 2012).

Acredito que essa ação protagonizada por parte dos moradores de Joanes, contribui para desmistificar a ideia disseminada de que geralmente os habitantes do entorno dos sítios arqueológicos, (no caso de Joanes, há pessoas que moram sobre o sítio), constantemente praticam ações predatórias. Ao mesmo tempo, essa ação também possibilita aos órgãos gestores do patrimônio, nesse caso especificamente me refiro-me ao IPHAN, desenvolver mais ações de gestão compartilhada.

Afinal de contas de quem é patrimônio arqueológico da Vila de Joanes?

Longe de querer responder de forma absoluta ao meu próprio questionamento considero que nesse caso específico há três vozes que precisam ser ouvidas: *a dos joanenses, a dos pesquisadores e a dos técnicos do IPHAN*. Acredito ser viável que esses três agentes sociais busquem um

equacionamento simétrico no que se refere à gestão desse patrimônio arqueológico na Vila. Reconheço a complexidade, tensão e fragilidade que envolve órgãos gestores do patrimônio, comunidade local e pesquisadores, o que não é uma particularidade de Joanes, isso está presente nos demais estados brasileiros, bem como, em outros países da América Latina. Nesse sentido, Joanes se insere no cenário nacional e internacional. As experiências desenvolvidas em outros países latino-americanos, onde em alguns casos as “comunidades nativas” passaram a desenvolver pesquisas em parcerias com pesquisadores, bem como, realizar a co-gestão do patrimônio arqueológico, indicam caminhos interessantes para se pensar esse tipo de ação na Vila de Joanes, é claro que respeitando as especificidades locais.

A relação que os joanenses mantêm com esses fragmentos do passado, na minha perspectiva não pode ser compreendida apenas pelo “rigor” das políticas públicas patrimonialistas. Alguns joanenses possuem o hábito de colecionar vestígios que são encontrados nos quintais das suas casas. As crianças encontram muitos fragmentos e brincam com eles, mais os preferidos delas são as moedas. Explicito que não consideramos essa prática ilícita e nem uma destruição do patrimônio arqueológico. As pessoas ao nos mostrarem as suas pequenas coleções, falam desses fragmentos com estima e os guardam com zelo, há uma relação que ultrapassa apenas a posse de algo diferente, é como se naqueles fragmentos estivesse um pedacinho das suas histórias que os fazem pertencer aquele lugar. Para Bezerra: “[...] o colecionamento em contextos como o de Joanes não pode ser visto como destruição ou ameaça ao patrimônio arqueológico da Amazônia, mas como forma de lidar com um passado [...]” (2011, p. 62). Segundo Merleau-Ponty: “As coisas não são, portanto, simples objetos neutros que contemplaríamos diante de nós; cada uma delas simboliza e evoca para nós uma certa conduta [...]” (2004, p. 23).

Por fim, enquanto museóloga/antropóloga constantemente demandam-me um posicionamento com relação à preservação dos patrimônios em geral, seja pelos meus pares na academia, pelos discentes em sala de aula e até mesmo por outras pessoas que não atuam nessa área, mas, que se interessam pelo tema. E como na música do Chico Science quase sempre me vejo na obrigação de dizer: “[...] De que lado, de que lado você samba, de que lado

você vai sambar? [...]” (SCIENCE, 1996) . Entendo que nada é patrimônio, mas, tudo pode vir a ser, a partir dos processos de seleção estabelecidos pelo Estado e que de certa forma, essas seleções são reconhecidas por determinados grupos sociais e por outros não. Mesmo porque em raros momentos as ações de preservação foram realizadas de forma simétrica. Seja o patrimônio regional, nacional e/ou mundial, material e/ou imaterial não são representativos e nem pertencem a todos. Por isso, não acredito em movimentos e projetos em prol da “preservação do patrimônio” onde a principal preocupação é manter os objetos apenas pela sua “estética, historicidade e autenticidade”, sem prestar atenção nos novos significados, usos e reusos que ao longo do tempo são atribuídos aos patrimônios pelas diferentes/semelhantes pessoas.

Referências

BEZERRA, M. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Ilha de Marajó, Brasil. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. Belém, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.- abr. 2011.

_____ ; “Sempre quando passa alguma coisa deixa rastro”: Um breve ensaio sobre patrimônio arqueológico e povos indígenas. In: **Revista de Arqueologia. Volume 24**, Nº 01. 2012, pp. 74-85.

_____ ; Arqueologia, Turismo e Comunidades Locais: reflexões de uma Turista [arqueóloga] Aprendiz. In: Figueiredo, S.; Pereira, E. ; Bezerra, M. (orgs.) – Anais do I Worskhop Internacional Turismo Arqueológico. (no prelo). Gentilmente cedido pela autora.

LOPES, P. R. do C. A Colonização Portuguesa da Ilha de Marajó: Espaço e Contexto Arqueológico-Histórico na Missão Religiosa de Joanes. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Jan. 1999.

MERLEAU-PONTY, M. **Conversas**, 1948. Organização e notas de Stéphanie Ménasé; tradução Fábio Landa, Eva Landa; revisão da tradução Marina Appenzeller. – São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PROUS, A. O litoral: a mais longa sequência arqueológica amazônica. In: **Arqueologia Brasileira**. Brasília – DF. Editora Universidade de Brasília, 1992. pp. 471-507.

SCHAAN, D.; MARQUES, F. L. T. Projeto Preservação, conservação, pesquisa e educação patrimonial no sítio histórico de Joanes. **Relatório Final**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 2006.

SCHAAN, Denise Pahl. “Múltiplas vozes, memória e histórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico da Amazônia.” In: **Marajó: arqueologia, iconografia, história e patrimônio – textos selecionados**. Erechim, RS: HABILIS, 2009. pp. 105-137.

SILVEIRA, F. L. A. da; BEZERRA, M. Paisagens Fantásticas na Amazônia: Entre as ruínas, as coisas e as memórias na Vila de Joanes, Ilha do Marajó. No prelo. Gentilmente cedido pelos autores.

Entrevistas

As entrevistas apresentadas neste artigo foram realizadas por mim, durante o trabalho de campo, no período de 2010 a 2012. Todos os meus interlocutores são moradores da Vila de Joanes, na Ilha do Marajó, Pará.